

Escolas do campo protagonistas de uma transformação no território a partir das Feiras de Sementes Crioulas

João Luis Dremiski^{1 e 2};

Edna Luiza de Souza³

1) Instituto Federal do Paraná – Campus Irati, Brasil.

2) Universidade Estadual de Ponta Grossa/Lama, Brasil

3) Governo do Estado do Paraná - Secretaria de Estado da Educação

Resumo:

O conceito de Educação do Campo, originado de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), acumula discussões e experiências tanto no contexto escolar quanto fora dele. As Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo – 2002, e, especificamente no Paraná em 2006, as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, apontam para a necessidade de articular, na prática pedagógica e na dinâmica escolar, os quatro eixos temáticos: Trabalho: divisão social e territorial; Cultura e identidade; Interdependência campo-cidade, questão agrária e desenvolvimento sustentável; e Organização política, movimentos sociais e cidadania. Este artigo apresenta resultados de uma investigação que buscou reconhecer as ações realizadas nas Feiras de Sementes Crioulas em escolas do campo, investigando possíveis articulações com a comunidade local e as normativas curriculares da Educação do Campo. Com base nos pressupostos teóricos de Caldart (2011, 2013) e Vieira (2018), foram observadas as ações em escolas do campo no município de Prudentópolis, Paraná, Brasil. Os resultados destacam a importância da aproximação dos conteúdos escolares com práticas realizadas nas feiras, resgatando valores, tradições e saberes locais, e evidenciam a necessidade de articular esses saberes na ação pedagógica para efetivar as legislações educacionais vigentes na Educação do Campo.

Palavras-chaves: Educação do Campo. Currículo. Cultura local. Identidade Camponesa

Escolas do campo protagonistas de uma transformação no território a partir das Feiras de Sementes Crioulas

INTRODUÇÃO

A escola pertence a uma comunidade. As tradições, costumes, rituais, comportamentos dos sujeitos pertencentes à comunidade traduzem sua identidade cultural que historicamente se entrelaçam a outros elementos culturais gerando constantes mudanças, contradições, lutas, conquistas, adaptações na vivência e sobrevivência diária. No espaço escolar esses entrelaçamentos influenciam a dinâmica da instituição se materializando em documentos legais na aplicação das legislações que normatizam o seu funcionamento e a sua finalidade na sociedade, manifesto, por exemplo, no currículo vigente que norteia as ações disciplinares e no reconhecimento às especificidades locais.

Há que se relevar a necessidade constante dos sujeitos na busca pela formulação e efetivação das políticas públicas educacionais que possibilitem o direito, consolidado a partir da Constituição de 1988, da permanência dos sujeitos na escola com igualdade de condições aos mais diversos espaços territoriais brasileiros. Comunidades rurais, marcadas durante muito tempo pela precariedade e descaso no atendimento às suas realidades, começaram a ser reconhecidas enquanto um grupo social com seu modo de vida e suas necessidades específicas no direito à educação com qualidade. Aspecto formalizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, Art. 28:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região. Assegurando a valorização do trabalho no meio rural e as adequações no calendário e na importância da escola na comunidade. (BRASIL, 1996)

A reflexão sobre a Educação do Campo emerge como uma resposta ao ultrapassado conceito de educação rural, que se centra na busca por uma política pública liderada pelos

próprios trabalhadores rurais e na problematização do campo brasileiro como cenário de conflitos sociais (SOUZA, 2010, p.43).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, destacado entre os movimentos sociais, desempenha um papel central na concepção da Educação do Campo desde sua emergência na década de 1980. O MST desenvolveu ao longo do tempo uma pedagogia conhecida como Pedagogia do Movimento, enfatizando o Trabalho como princípio pedagógico. Essa abordagem é refletida na formulação da matriz formativa para as escolas do MST, incluindo Trabalho, luta social, organização coletiva, cultura e história (CALDART, 2013, p.1).

Os movimentos sociais têm papel vital na consolidação das legislações vigentes, contribuindo para a formulação de novos documentos normativos em apoio às comunidades escolares rurais. Esses movimentos, compostos por agricultores familiares, assentados, trabalhadores rurais, comunidades tradicionais e parcerias com grupos sensíveis à causa, têm promovido encontros e discussões, consolidando o termo Educação do Campo.

Esse movimento representa uma contraposição à antiga Educação Rural, historicamente contribuindo para o fortalecimento de desigualdades e preconceitos, negando os saberes construídos pelas populações rurais. Essas questões foram abordadas em eventos significativos como o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – I ENERA em 1997, a I Conferência Nacional: por uma Educação do Campo em 1998, a Articulação Nacional Por uma Educação do Campo em 2002 e a II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo em 2004.

Esses eventos resultaram em documentos orientadores para as escolas, incluindo as Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo – 2002 e, especificamente no Paraná, as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo em 2006. Esses documentos destacam a importância de articular, na prática pedagógica e na dinâmica diária escolar, os quatro eixos temáticos: Trabalho, Cultura e Identidade; Interdependência campo-cidade, questão agrária e desenvolvimento sustentável; e Organização política, movimentos sociais e cidadania.

Esses eixos temáticos refletem as diversas relações da comunidade na qual a escola está inserida, sendo considerados "problemáticas centrais a serem focalizadas nos conteúdos escolares". Diante disso, o trabalho busca compreender como as feiras de sementes crioulas se relacionam com a cultura local da comunidade escolar, considerando as legislações educacionais vigentes e as características territoriais desses espaços.

As legislações educacionais vigentes nas escolas do campo paranaenses

Desde a homologação da Base Nacional Comum em 2017 houve discussões e mobilizações pelas diversas secretarias de educação em todos os estados brasileiros, com intuito da elaboração e ou reelaboração do currículo no atendimento ao documento do Ministério da Educação. No Paraná a proposta foi “a construção, em regime de colaboração entre estado e municípios, de um referencial curricular único, cujo objetivo é estabelecer direitos de aprendizagens a todos os estudantes do estado em uma perspectiva de equidade” (PARANÁ, 2018). Assim por meio da Deliberação nº 03/18 o Conselho Estadual de Educação do Paraná aprova as normas complementares que instituem o Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, com fundamento na Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e orientam a sua implementação no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná:

Art. 2º. Fica instituído no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, por recomendação do Comitê Executivo da BNCC, constituído pelas Portarias da Secretaria de Estado da Educação (SEED) n.º66 e 278/2018, o Referencial Curricular do Paraná, que deve ser o documento orientador do processo de elaboração ou adequação dos Currículos e Projetos Político-pedagógicos das instituições de ensino das redes públicas e privadas. § 1º. O Referencial Curricular do Paraná contempla a educação como compromisso com a formação integral do estudante, tendo como objetivo a ampliação das múltiplas oportunidades de aprendizagem que possam garantir o acesso à cultura, à arte, ao esporte, à ciência e às tecnologias. § 2º. Os currículos devem ser elaborados conforme a realidade local, social e individual da escola e de seus estudantes, respeitado o princípio segundo o quais os direitos e objetivos de aprendizagem são comuns. § 3º. A elaboração ou adequação dos Currículos e Projetos político-pedagógicos das instituições de ensino devem ser realizadas com base nas normas expedidas por este Conselho. (PARANÁ, 2018)

Este artigo destaca que, com base no Referencial Curricular do Paraná, as escolas devem

considerar sua realidade nas diversas dimensões e complexidades ao elaborar documentos internos. Apesar das lacunas na BNCC para questões de comunidades camponesas, a Deliberação nº03/18 reforça as legislações que garantem a Educação do Campo como política pública para escolas brasileiras, destacando os aspectos culturais das comunidades rurais e a integração com a dinâmica escolar:

Os currículos e propostas pedagógicas das escolas do campo, indígenas, quilombolas, de assentamentos e das ilhas devem incorporar componentes curriculares relativos a suas culturas, em conformidade com as normas específicas do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Estadual de Educação do Paraná. (PARANÁ, 2018, p.12)

O currículo e o Projeto Político Pedagógico da escola refletem a preocupação em considerar e respeitar a cultura local. Com a aprovação do Referencial Curricular do Paraná, percebe-se a orientação dos princípios, direitos de aprendizagem, e a organização dos conteúdos. É crucial reconhecer os territórios escolares para incorporar os diversos saberes locais na prática pedagógica, promovendo uma aprendizagem que respeite as culturas presentes nesses meios, com sua dinâmica e modos de vida.

Realidade local: o território como expressão da ecologia de saberes

A região Centro Sul do Paraná, cuja ocupação remonta ao século XVI, testemunhou ciclos econômicos como o tropeirismo, a erva-mate e a extração de madeira na Floresta com Araucária. A colonização inicial associava-se a atividades agrárias extensivas e, posteriormente, à formação de colônias agrícolas em pequenas propriedades, principalmente com imigrantes ucranianos.

A paisagem rural contemporânea é marcada por mosaicos de usos da terra, envolvendo sistemas faxinalenses e de base florestal em pequenas e médias propriedades. Notavelmente, a agricultura familiar se concentra em áreas acidentadas com solos suscetíveis à erosão, desafiada por práticas de manejo inadequadas. Nas propriedades familiares, prevalecem sistemas extensivos de produção, com destaque para milho, feijão, hortaliças e tabaco.

Remanescentes florestais interligados desempenham um papel vital na conservação da biodiversidade e na oferta de serviços ecossistêmicos. A conservação dessas áreas, prioritárias segundo o MMA (2007), é um desafio crucial para a sociedade brasileira, dado o impacto da fragmentação na paisagem regional.

No âmbito regional, dados de valor adicionado da agropecuária, IDH-M e renda mensal rural destacam a ineficácia dos modelos da revolução verde para o desenvolvimento da agricultura familiar, afetando a qualidade de vida e a permanência de famílias no campo, especialmente os jovens.

Em Prudentópolis, a agricultura familiar representa 89,37% dos estabelecimentos rurais, totalizando 6980 unidades (IPARDES, 2022). Esses estabelecimentos, além de fundamentais para a produção de alimentos, desempenham um papel estratégico na prestação de serviços ecológicos à sociedade.

O uso eficiente dos fatores de produção e a elevação da escolaridade, alinhados a um projeto político-pedagógico focado na realidade camponesa, refletem no capital financeiro, tecnológico, humano, social e ambiental das famílias. Destaca-se a importância histórica da educação para os habitantes rurais, atualmente relegada a um papel secundário nas políticas públicas. Uma Educação do Campo, com diretrizes específicas, pode tornar essas unidades familiares referenciais para o desenvolvimento rural sustentável e a soberania alimentar. Projetos políticos pedagógicos adaptados ao território, respaldados pelos agricultores, são excepcionais em todo o Brasil.

Metodologia

Segundo Bourdieu, o habitus é forjado a partir da trajetória de vida, naturalizando-se nas relações com o meio e nas experiências vividas. A permanência na escola adiciona elementos que moldam o modo de vida do sujeito e influenciam seu entorno. Nessa perspectiva, uma pesquisa examinou as atividades relacionadas às feiras de sementes crioulas em escolas do campo em Prudentópolis/PR. As percepções foram registradas durante todas as fases das feiras, revelando categorias como organização da feira e relação com a comunidade, envolvimento da comunidade escolar e sua influência no aprendizado, além das conexões com as legislações vigentes. A presença na escola foi essencial para compreender a dinâmica institucional e

reconhecer a paisagem e particularidades territoriais ao seu redor, evidenciando mudanças nas comunidades ao longo dos anos.

Resultados

As ações para a organização da feira e as relações com a comunidade local

Este estudo destaca as Feiras de Sementes Crioulas em duas escolas do campo de Prudentópolis, um território impactado pela intensa modernização agrícola e pelo êxodo dos agricultores familiares camponeses.

A socialização da experiência em curso nas Escolas Públicas do Campo na região, das Feiras de Troca de Sementes em parceria com o Instituto Federal do Paraná Campus Irati, SEED, ONG ASPTA, e MPT/PR, revela uma forte articulação entre educadores, estudantes e famílias camponesas. Essa união cria um espaço coletivo para valorização da agrobiodiversidade e formação, promovendo diálogos sobre a Educação do Campo e buscando novas formas de ação para a transformação social das comunidades.

As Feiras de Sementes são iniciadas com uma reunião de planejamento coletivo entre professores e equipe pedagógica, visando compreender a proposta, promover a participação, estimular a interdisciplinaridade e construir a programação da Feira. Essa fase inicial permite uma compreensão interna da escola, incluindo disciplinas, conteúdos básicos e específicos, avaliações possíveis, além de formas mais adequadas para organizar o trabalho de sala de aula. Também abrange uma visão externa da escola, relacionada às realidades das famílias.

Em seguida, são realizadas reuniões com todos os estudantes para apresentar a proposta, permitindo que alcancem autonomia no processo das Feiras de Sementes. Eles têm participação ativa na definição dos temas, organização das equipes, elaboração da programação, estratégias para o resgate e distribuição de sementes, mudas, ramas e alimentos, bem como na decoração do espaço e na articulação com as comunidades locais.



Figura 1: Reunião com a Comunidade Escolar sobre e Feira de Sementes

Após o diálogo inicial com professores e estudantes é realizado um Inventário da Realidade, uma ferramenta para diagnóstico de aspectos quantitativos e qualitativos de uma determinada realidade, para se conhecer as peculiaridades da família, do cotidiano da vida, das relações de trabalho e as questões financeiras, ambientais e culturais dos estudantes que serve como material para o planejamento dos professores e para o estudo nas salas de aula.

Em cada uma das escolas participantes foram definidas algumas temáticas como: histórico das comunidades, agroecossistemas e biodiversidade, arranjos produtivos locais, tecnologias adaptadas, organizações da agricultura familiar, políticas públicas de desenvolvimento sustentável, entre outros.

Assim, antes de cada Feira foram realizadas visitas às famílias, onde alguns professores das escolas e de entidades parceiras como o IFPR verificaram in loco questões do inventário e puderam visitar quintais e lavouras, resgatar sementes, convidar as famílias para participarem das Feiras e conhecer a realidade das comunidades no entorno de cada escola constituindo vínculos com as pessoas que ali vivem. As comunidades pertencentes à escola são representadas em maquetes (FIGURA 2) para o reconhecimento e valorização desses espaços.



Figura 2: Maquete com o Território e 29 Comunidades atendidas pela Escola

As escolas realizaram intercâmbios e participaram como expositores em outras Feiras de Sementes da região para conhecer as peculiaridades de cada uma e formas diferentes de organização e programação.

Esta dinâmica altera o dia a dia da escola meses antes da data da Feira, percebe-se um maior empenho e comprometimento com os acordos, estudos e revisões de temas, experimentos realizados e produção por parte dos professores e estudantes. O protagonismo na aprendizagem por parte dos estudantes é maior e as mudanças no método tornam a comunidade escolar mais participativa e democrática estabelecendo vínculos com as famílias e comunidade.

Envolvimento dos professores e as relações com o currículo vigente

Muitos professores organizam suas disciplinas para a Feira com trabalhos de pesquisa, experimentos e de ensino. As disciplinas não ficam estáticas e inserem a iniciação científica em suas atividades convergindo para o desenvolvimento de capacidades como observação, reflexão, criação, comunicação, cooperação, decisão e ação, apresentados no dia do evento.

Um exemplo é o tema apresentado nas Feiras sobre a riqueza e diversidade dos saberes sobre a terra, os animais e seus agroecossistemas locais. A agroecologia como uma ciência integradora de várias disciplinas que busca a produção de alimentos saudáveis e naturais aparece nas exposições dos estudantes (FIGURA3). Apresentada com um enfoque social e dando protagonismo aos camponeses e aos seus conhecimentos tradicionais.



Figura 3: banca de produtos da sociobiodiversidade e sementes crioulas para partilha

São comuns trabalhos sobre técnicas de cultivo que respeitam o meio ambiente, controle integrado de insetos e doenças e sobre conservação de solos e matéria orgânica. Na valorização de agroecossistemas sustentáveis torna-se imperativo a introdução dos conhecimentos tradicionais passados de pai para filho e apropriados pela escola.

As Feiras de Sementes se destacam também pela interdisciplinaridade e um exemplo é apresentado aqui entre Arte e Matemática, as disciplinas mostram-se muito presentes na confecção das mandalas (FIGURA 4), momento em que os alunos buscam na propriedade que residem os recursos como alimentos e sementes. Durante esse processo, os conceitos matemáticos como medidas de comprimento, ângulos foram utilizados e colocados em prática, reforçando a importância da matemática e da arte para o dia a dia do educando. Os resultados foram diversos e a expressão artística encanta a todos, o que permite compreender o resultado da prática articulada com a teoria estudada anteriormente.

Os conteúdos organizados curricularmente são articulados nessas ações e resultam em textos e nas falas dos alunos durante a apresentação de seus trabalhos. Ressalta-se que são realizadas pesquisas, dos temas abordados, nos materiais impressos presentes na escola como livros didáticos como na tradição dos saberes locais que são repassados de geração em geração.



Figura 4: Mística e Mandala de Alimentos para Partilha

As revelações e aproximações com a comunidade local com a realização das feiras

Na região Centro Sul do Paraná, agricultores familiares do Coletivo Triunfo têm se destacado como guardiões de sementes crioulas, inspirando as escolas do campo a resgatar saberes tradicionais e práticas agroecológicas. As escolas, impulsionadas por esses guardiões, buscam autossuficiência e diversidade nas propriedades agrícolas, enfrentando desafios como a ameaça de contaminação por transgênicos, que colocam em risco o trabalho histórico desses guardiões.

As feiras promovidas pelas escolas compartilharam uma variedade expressiva de sementes crioulas, abrangendo milho, feijão, arroz, melancia, melão, abóbora, raízes, tubérculos, amendoim, pimenta, hortaliças diversas, cereais, flores e plantas alimentícias, incluindo frutas nativas e erva mate. Mais de 45 variedades crioulas de milho foram resgatadas, exibindo um mostruário nas escolas. Além das sementes, as feiras incluíram materiais didáticos, livros, artesanatos e produtos de agroindústria, como doces, geleias, conservas e panificados.

O resgate, plantio e preservação das sementes crioulas não apenas envolvem a recuperação de variedades, mas também revelam aspectos históricos da ocupação dos territórios e da colonização, como o trigo mourisco e os hábitos alimentares ucranianos. O trabalho dos estudantes guardiões de sementes crioulas transforma as escolas em "museus a céu aberto", onde as sementes e seus saberes associados expressam um patrimônio imaterial constituído pelos conhecimentos ancestrais dos agricultores.



Figura 5: Resgate de conhecimentos tradicionais associados as plantas medicinais

Em 2022 as Feiras de Sementes Crioulas nas escolas do campo tiveram a presença de mais de 5000 pessoas entre estudantes, agricultores familiares, professores e servidores das escolas, representantes de entidades de assistência técnica e lideranças governamentais. Estas Feiras também funcionaram como espaços de apresentações culturais e de lazer para os agricultores e são estratégias que inovam modelos de desenvolvimento rural sustentável em busca por autonomia e soberania alimentar.

Considerações Finais

Este estudo reflete sobre a relação das Escolas do Campo com a vida camponesa, destacando a urgência de políticas educacionais eficazes em conformidade com as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. O desafio persiste em reinventar a educação rural, reconhecendo os jovens agricultores como detentores de saberes valiosos. Iniciativas pontuais, como o Programa Escola da Terra e o curso Técnico em Agroecologia, buscam uma educação vinculada ao território.

A falta de continuidade representa uma perda de oportunidades para participar de iniciativas multidisciplinares em prol da sustentabilidade. A carência de profissionais destaca a necessidade de estratégias participativas, extensão rural diferenciada e formação docente específica. Apesar das

práticas isoladas em educação do campo, ainda não há políticas consolidadas. As Feiras de Sementes, fortalecendo a identidade rural, são cruciais, exigindo planejamento, colaboração e recursos. O estudo destaca que a biodiversidade permeia o cotidiano dos estudantes, contribuindo para uma consciência socioambiental crucial.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. (2011). Por uma Educação do campo: traços de uma identidade em construção. Em Arroyo, M.G.; Caldart, R.S. ; Molina, M.C. **Por uma Educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2 ed., p. 149-158, 2011.

CALDART, R. (2011). A Educação do Campo e a perspectiva de transformação da forma escolar. In: Educação do Campo: **Reflexões e Perspectivas**. MUNARIM, A.; BELTRAME, S.; CONTE, S.F; PEIXER, Z.I. (orgs). 2. ed. rev. Florianópolis: Insular.

CALDART, R. (2013). **Escola e movimento**. 1. ed. São Paulo: Instituto de Educação Josué de Castro, Expressão Popular.

FREIRE, Paulo. (2006). Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL/IPARDES. (2022). Cadernos municipais. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30>. Acesso em: 25 out. 2022.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/MMA. (2007). **Áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira**. Brasília: MMA/SBF, 300 p. (Série Biodiversidade, 31).

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. (2006). **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: SEED.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. (2018). **Deliberação CEE/CP Nº 03/18**. Curitiba.

SOUZA, Maria Antônia de. (2010). **Educação e movimentos sociais do campo: a produção do conhecimento no período de 1987 a 2007**. Curitiba: UFPR.

STRINGER, E. T. (1999). Action research: a handbook for practitioners. Thousand Oaks: SAGE Publications. 255 p.

VIEIRA, E. A. (2018). **Jovens, escolarização e livros didáticos: estudo etnográfico em uma escola de assentamento (SC)**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba.